MARINHA DO BRASIL

POLÍTICA NAVAL



MARINHA DO BRASIL

POLÍTICA NAVAL

MENSAGEM DO COMANDANTE DA MARINHA



O mar sempre esteve presente na História do Brasil. Pelo mar fomos descobertos e nos fizemos Estado. A partir do mar e dos rios, consolidamos nossa independência e fixamos nossas fronteiras, o que garante, até os dias atuais, a integridade do nosso território.

Também foi nos mares que defendemos a Pátria das mais graves agressões à soberania nacional. Em suma, nosso País continental guarda relação inseparável com os espaços oceânicos e ribeirinhos, tanto por sua origem, como por disporem de imensas riquezas que, seguramente, serão cada vez mais importantes para nossa sobrevivência e prosperidade.

O Brasil, devido à situação socioeconômica, extensão territorial, espaços oceânicos e suas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) de interesse, atua na comunidade internacional como ator global. Possuidor de imensos recursos naturais, inclusive no leito e no subsolo marinho sob jurisdição brasileira, e de uma capacidade tecnológica e industrial em processo de avanço, o País tem elevado potencial para ampliar sua projeção internacional, a qual pode propiciar eventuais conflitos de interesses.

O dimensionamento da Marinha do Brasil (MB) deve guardar compatibilidade com a importância da inserção político-estratégica do País no cenário internacional, em vista de sua grandeza econômica e influência regional, a qual deve ser igualmente percebida e ratificada pela sociedade. Assim, a MB deve possuir Poder Naval crível, que incorpore múltiplas capacidades operacionais e que seja flexível em sua configuração, de modo que a Força possa ser moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica.

A Política Naval tem o propósito de estabelecer os Objetivos Navais, que devem ser alcançados pela MB, orienta seu planejamento estratégico, sendo formulada em um ambiente onde estão presentes fatores que, ao influenciar sua concepção, serão determinantes para uma coerência com a realidade.

Almirante de Esquadra **ILQUES** BARBOSA JUNIOR



Índice

Capítulo 1 – Introdução 1

Capítulo 2 – Contexto da Política Naval Brasileira 2

Capítulo 3 – Concepção da Política Naval Brasileira 3

Capítulo 4 – Objetivos Navais 4

Capítulo 5 – Mapa Estratégico da Marinha 5

Introdução



Capítulo 1



1

1. Introdução

O Brasil tem um papel de destaque no mundo, sendo o quinto maior país em extensão territorial, estando entre os dez mais populosos e com uma das maiores economias do planeta.

Dotado de ampla gama de recursos naturais, como água doce e terras cultiváveis, e de capacidade tecnológica e industrial avançada, o País tem elevado potencial para ampliar sua projeção internacional, o que, eventualmente, pode despertar conflitos de interesses. Assim, desde o tempo de paz, é imprescindível que o Brasil disponha de Forças Armadas modernas, equipadas e capacitadas para garantir sua soberania e interesses estratégicos, e que respaldem sua política externa e posicionamentos nos fóruns internacionais.

De acordo com os objetivos e diretrizes estabelecidos na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END), documentos de alto nível que condicionam o preparo e o emprego das Forças Armadas, cabe à Marinha do Brasil (MB) o emprego do Poder Naval.



O diagrama, a seguir, indica as diversas atividades que a MB desempenha no cumprimento de sua missão, que serão abordadas nesta Política:

	Atividades	Ações Decorrentes
Marinha do Brasil	Poder Marítimo	Desenvolvimento do Poder Marítimo
		Atribuições da Autoridade Marítima
		Cooperação com o Desenvolvimento Nacional
	Participação para a Sociedade Brasileira	Mentalidade Marítima
		Defesa da Pátria
	Atuação do Poder Naval	Nos oceanos, e no Atlântico Sul, principalmente
		Vias Fluviais e Águas Interiores
		Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem
	Interesses Nacionais	Salvaguarda de Pessoas e Interesses no Exterior
		Paz e Segurança Institucionais no Exterior
		Apoiar a Projeção do Brasil
	Ciência, Tecnologia e Inovação	Cooperação com o Desenvolvimento Nacional
		Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica
		Defesa Cibernética

A Política Naval orienta o planejamento estratégico da MB, cujo cumprimento impõe a disponibilidade de forças navais aptas a atuarem em consonância com a magnitude político-estratégica e econômica do Brasil no cenário internacional.

Este documento foi dividido em quatro seções principais: Contexto da Política Naval; Concepção da Política Naval; Objetivos Navais e Mapa Estratégico da Marinha.

Capítulo 2

Imagem Capitular



Contexto da Política Naval Brasileira

Capítulo 2



2

2. Contexto da Política Naval Brasileira

2.1 Fundamentos

A PND observa os princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Estado brasileiro, assim como a projeção do País no concerto das nações e a ampliação de sua inserção em processos decisórios internacionais.

A PND também estabelece como área de interesse prioritário, sem desconsiderar os interesses nacionais em outras partes do mundo, o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica.

"[...] o Brasil também atribui prioridade ao relacionamento com os países detentores de maiores competências tecnológicas [...]"

Em função de sua representatividade política e econômica no mundo, o Brasil também atribui prioridade ao relacionamento com os países detentores de maiores competências tecnológicas, buscando o estreitamento de relações, visando incrementar sua capacidade de Defesa.

2.2 O ambiente nacional

O Brasil, por tradição, valoriza e promove a convivência harmônica entre os países e defende relações internacionais cuja governança se baseie em valores, instituições e normas internacionais. A História, contudo, demonstra que as relações de força desempenham papel relevante nas interações estatais.

Em ambiente complexo, o Brasil almeja uma inserção ainda maior no cenário internacional, a fim de obter melhor representatividade nas decisões em fóruns de alcance regional, inter-regional e global.

Em função da relevância do País, sua ascensão requer ações no sentido de assegurar os interesses nacionais no ambiente internacional, contexto em que o Poder Militar pode ser mais atuante.

A população brasileira, por sua vez, após longo período livre de conflitos externos, não possui a percepção sobre as atuais ameaças, tendo em vista sua complexidade, caráter difuso e mutante. Aliás, a História comprova que, mesmo nos períodos que antecederam os dois grandes conflitos mundiais,

a população e os dirigentes não percebiam as ameaças ao nosso País. Não imaginavam e nem previam que o Brasil seria instado a participar dessas guerras, sofrendo ataques a sua soberania nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), além de ter que atuar em outros campos de batalha, distantes do nosso continente. Naquelas ocasiões, o ambiente de falta de percepção de ameaças reinante no Brasil, dificultou e retardou a adequada prontidão dos aparatos militares.

"Não imaginavam e nem previam que o Brasil seria instado a participar dessas guerras, sofrendo ataques a sua soberania nas AJB [...]"

Para proteger seu povo e seu patrimônio, bem como para ter respaldo para defender os interesses nacionais, o Brasil deve estar preparado para enfrentar ameaças que venham pôr em risco seus objetivos. O eventual enfrentamento desses antagonismos deve ocorrer de forma soberana, de acordo com os princípios e fundamentos constitucionais e as normas do Direito Internacional.

Por sua vez, a natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral, hidrovias, pela magnitude do seu comércio marítimo e pela incontestável importância estratégica e econômica do Atlântico Sul, o qual acolhe a "Amazônia Azul", área que incorpora elevado potencial de recursos vivos e não vivos, como as maiores reservas de petróleo e gás natural do Brasil. Os oceanos também são importantes condicionadores climáticos, além de servirem de berço para cabos submarinos, cujo tráfego de dados é responsável por praticamente toda a comunicação do País com o mundo.

"[...] natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral,[...] e pela incontestável importância estratégica e econômica do Atlântico Sul [...]"

Do ponto de vista da Marinha do Brasil, sem descuidar das demais regiões brasileiras, deve-se ter especial atenção às áreas do litoral onde se concentram os poderes político e econômico, e a maior parte da população brasileira, além do Atlântico Sul e da Amazônia.

A MB deve buscar mais investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação, em qualificação do capital humano e em infraestrutura (transporte, energia, comunicação etc.). Os gargalos existentes nessa área poderão impactar negativamente o desenvolvimento do País e criar dificuldades para a garantia da soberania nacional.

A existência de uma matriz energética diversificada e uma infraestrutura adequada, incluindo hidrovias, portos e terminais, contribui decisivamente para a unidade nacional e a integração territorial, permitindo o desenvolvimento, o acesso a pontos estratégicos do território e a tempestiva mobilização e logística para a Defesa Nacional.

A segurança e a defesa do espaço cibernético brasileiro também requerem atenção especial, por serem essenciais para garantir o funcionamento dos sistemas de informações, de comando e controle, e de comunicações de interesse nacional.

2.3 O ambiente internacional

Em decorrência da globalização, os Estados estão mais interdependentes, e associações político-econômicas entre nações são formadas ou fortalecidas em busca de maior influência internacional e de apoio aos respectivos interesses nacionais.

A configuração internacional, caracterizada por assimetrias de poder, gera tensões e instabilidades, contribuindo para o surgimento de grupos insurgentes e de organizações terroristas ou criminosas que tendem a incrementar a guerra irregular e a possibilidade do uso de artefatos nucleares, biológicos, químicos, radiológicos ou explosivos. Ainda que a ocorrência de conflitos generalizados entre Estados tenha reduzido, são frequentes aqueles de caráter étnico e religioso, exacerbando os nacionalismos e fragmentando os Estados, cenário propício para combinações de distintos conceitos de guerra.

"[...] as disputas por áreas marítimas, por fontes de água doce, de alimentos, de recursos minerais, de biodiversidade e de energia não podem ser negligenciadas."

A expansão mundial das atividades humanas, decorrente dos crescimentos econômico e populacional, tem resultado na ampliação da demanda por recursos naturais. Dessa forma, as disputas por áreas marítimas, por fontes de água doce, de alimentos, de recursos minerais, de biodiversidade e de energia não podem ser negligenciadas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos ou a controvérsias sobre espaços sujeitos à soberania dos Estados, configurando possíveis quadros de conflitos.

A América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e os países africanos lindeiros ao Atlântico Sul detêm significativas reservas de recursos naturais escassos ao redor do mundo. Tal cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos, nos quais prevaleça o uso da força ou seja necessário seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas. No Atlântico Sul, potências externas têm incrementado sua atuação e presença, inclusive, com a posse de territórios na região. Assim, as expressões do Poder Nacional devem estar adequadamente capacitadas para, sempre que necessário, defender os interesses nacionais.

No âmbito regional, o período sem conflitos graves e a convergência de interesses contribui para o incremento da cooperação entre os países sul-americanos, o que promove a consolidação da confiança mútua e a execução de projetos de defesa, visando ao desenvolvimento de capacidades tecnológicas e industriais, além de estratégias para a solução de problemas comuns.

A demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a aumentar, de modo que o País poderá ser estimulado a ampliar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de agências participantes das missões.

"A demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a aumentar, de modo que o País poderá ser estimulado a ampliar sua participação nesses tipos de missão."

Em relação a sistemas de informações, de comando e controle, e de comunicações, os acessos indesejados serão cada vez mais frequentes, por meio de ações no ambiente cibernético, inclusive com eventuais bloqueios do fluxo de informações de interesse nacional, capazes de expor ou paralisar atividades vitais para o funcionamento das instituições nacionais. Esses acessos poderão afetar ou mesmo inviabilizar operações navais, em face da dificuldade ou da impossibilidade de se exercerem ações de comando, controle e inteligência.

As mudanças climáticas também poderão acarretar graves consequências ambientais, sociais, econômicas e políticas, exigindo maior capacidade estatal de agir.



Atuação em GLO.

2

A atuação das Forças Armadas pode ser necessária para assegurar os interesses do Estado e a integridade física e psicológica de nacionais brasileiros lotados em representações diplomáticas e empresas no exterior, ameaçadas por eventuais instabilidades políticas e sociais.

Diante dessa conjuntura, é imprescindível que o Brasil se mantenha capacitado a exercer plenamente sua soberania e capacidade dissuasória, o que demanda ações alinhadas e indivisíveis de todos os setores governamentais.



Atuação em GLO.

PONTOS CHAVES

- O entorno estratégico brasileiro inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica.
- O Brasil atribui prioridade ao relacionamento com os países detentores de maiores capacidades tecnológicas.
- O Brasil almeja uma inserção cada vez maior no cenário internacional, no intuito de obter maior representatividade nas decisões, em especial em fóruns de alcance regional, inter-regional e global.
- A sociedade brasileira deve ser alertada para a existência de ameaças aos interesses nacionais, reflexo, principalmente, da complexidade e do caráter multidisciplinar das relações internacionais.
- A natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral, pela magnitude do seu comércio marítimo e pela incontestável importância estratégica e econômica do Atlântico Sul.
- A intensificação de disputas por áreas marítimas, fontes de água doce, alimentos, recursos minerais, biodiversidade e energia respalda a necessidade de fortalecimento do Poder Naval.
- A demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de modo que o País poderá ser estimulado a ampliar sua participação nesses tipos de missão.
- A atuação das Forças Armadas pode ser necessária para assegurar os interesses do Estado e a integridade física e psicológica de nacionais brasileiros.



Concepção da Política Naval Brasileira

Capítulo 3



3

3. Concepção da Política Naval Brasileira

Os diversos setores da Marinha do Brasil deverão contribuir para a consecução dos Objetivos Navais. Para alcançá-los, devem ser observados os seguintes pressupostos básicos:

- Manter a Força adequadamente motivada, preparada e equipada, a fim de capacitá-la a cumprir sua missão constitucional e prover a adequada capacidade de dissuasão;

- Buscar a regularidade orçamentária-financeira, indispensável ao pleno cumprimento da missão e à continuidade dos projetos estratégicos;

- Valorizar os mecanismos existentes de construção de confiança mútua, bem como a participação em coalizões multilaterais, de forma a contribuir para a segurança marítima do Atlântico Sul e para a proteção das linhas de comunicação marítimas de interesse nacional, inclusive em outros espaços marítimos;

- Incrementar o emprego de recursos em pesquisa e desenvolvimento, incluindo parcerias com a academia, e a capacidade de atrair e manter os recursos humanos necessários, atribuindo prioridade aos investimentos em ciência, tecnologia e inovação relativos a produtos de defesa de aplicação naval e/ou dual, visando à autonomia tecnológica do País;

- Sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação naval no âmbito internacional e a interação com países sul-americanos, visando encontrar soluções integradas para questões de interesse comum;

- Atuar sob a égide de organismos internacionais, visando à legitimidade e ao respaldo jurídico internacional, de acordo com compromissos assumidos pelo País em convenções, tratados e acordos internacionais, sempre respeitando os princípios constitucionais;

- Participar de organismos internacionais, projetando cada vez mais o País no concerto das nações;

- Participar de operações internacionais, visando contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos;

• Defender a exploração da Antártica unicamente para fins de pesquisa científica, tendo como premissas a preservação do meio ambiente e a manutenção do continente como patrimônio da humanidade;

• Apoiar iniciativas para a eliminação total de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, nos termos do Tratado sobre a não proliferação de armas nucleares, ressalvando o direito ao desenvolvimento e ao uso dessas tecnologias para fins pacíficos;

• Desenvolver a mentalidade marítima, a fim de sensibilizar a sociedade brasileira acerca da importância estratégica das questões que envolvem ameaças à soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do País;

• Sistematizar as atividades relacionadas à proteção marítima, à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e à preservação ambiental para demonstrar a necessidade de investimentos capazes de atender as demandas do setor marítimo nacional;

• Implementar iniciativas que valorizem o capital humano da MB, com foco na capacitação, na oportunidade de crescimento profissional, na autorrealização e na construção de ambiente de trabalho favorável à manutenção da motivação em níveis elevados;

• Contribuir para a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação;

• Atuar junto a segmentos dos poderes Executivo e Legislativo, a fim de moldar um arcabouço legal favorável ao cumprimento da missão, com foco na gestão e na racionalização de recursos;

• Priorizar o desenvolvimento da aplicação naval da tecnologia nuclear, dando ampla divulgação dos propósitos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e do Programa Nuclear da Marinha (PNM) e seus benefícios para a sociedade, bem como incentivar parcerias cooperativas com demais órgãos relacionados ao tema nuclear;

• Promover e estimular encomendas de construção de meios, a fim de manter o nível de atividade e desenvolvimento da indústria naval brasileira.

"Desenvolver a mentalidade marítima, a fim de sensibilizar a sociedade brasileira acerca da importância estratégica das questões que envolvem ameaças à soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do País;"

3

- Intensificar a atuação da MB para levar a presença do Estado brasileiro às localidades mais remotas, de forma a mitigar as dificuldades da população carente e reduzir as influências de entidades exógenas;

- Manter as atividades logísticas e de gerenciamento do Programa Antártico Brasileiro, em apoio às pesquisas científicas, com o propósito de consolidar a posição do País na tomada de decisões sobre o futuro da Antártica; e

- Valorizar o planejamento a longo prazo e, sob criteriosa análise técnico-financeira, priorizar os programas/projetos estratégicos da Marinha destinados à capacitação do Poder Naval, adotando a prospectiva de obtenção/manutenção de meios sob a ótica da Gestão do Ciclo de Vida*.



Assistência à população ribeirinha.

*Gestão de Ciclo de Vida é a gerência de todos os custos diretos e indiretos relativos à obtenção, ao apoio, incluída a manutenção e à alienação do meio.

PONTOS CHAVES

- Manter a Força adequadamente motivada, preparada e equipada.
- Buscar a adequada regularidade orçamentária-financeira.
- Defender a exploração da Antártica unicamente para fins de pesquisa científica.
- Desenvolver a mentalidade marítima no seio da sociedade brasileira.
- Valorizar o capital humano da MB.
- Dar ampla divulgação dos propósitos do PROSUB e do PNM e seus benefícios para a sociedade.
- Estimular encomendas de construção de meios para manter o nível de atividade e desenvolvimento da indústria naval brasileira.
- Valorizar o planejamento a longo prazo e priorizar os programas/projetos estratégicos.









Objetivos Navais

Capítulo 4



4

4. Objetivos Navais

Os Objetivos Navais consubstanciam a Política Naval e são os objetivos de mais alto nível estabelecidos pela MB, que orientarão o Planejamento Estratégico da Instituição, a fim de viabilizar o alcance de sua visão de futuro para 2039:

4.1 Contribuir para a Defesa da Pátria

A Defesa da Pátria inclui a preservação da integridade territorial e a necessidade crescente de proteção dos recursos nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB); das linhas de comunicação marítimas; e dos demais objetivos e interesses nacionais, no País e no exterior, nos termos da Constituição Federal e do Direito Internacional.

O Poder Naval deve possuir capacidade e credibilidade suficientes para dissuadir eventuais forças adversas de conduzirem ações hostis nas AJB. A ação de presença de unidades navais no Atlântico Sul, onde se insere a "Amazônia Azul", e nos rios das bacias Amazônica e Paraguai-Paraná será fator essencial para o fortalecimento dessa dissuasão. Assim, a Força deve estar preparada, tanto para atuar numa crise interestatal, como para fiscalizar e reprimir a atuação de grupos adversos praticando atividades ilegais nas AJB.



A Esquadra brasileira na Defesa da Pátria.

4.2 Prover a segurança marítima

O desenvolvimento da economia e a intensificação do transporte de cargas e pessoas nas principais linhas de comunicação marítimas e hidrovias requerem um esforço cada vez maior da MB, que exerce as atribuições da Autoridade Marítima brasileira. O esforço integrador da Marinha para a coordenação dos diversos atores envolvidos, visando ao fortalecimento do Poder Marítimo, por meio da implantação de um sistema integrado de monitoramento das AJB, com uso de sensoriamento remoto, contribuirá para o aumento da segurança marítima.

Cabe ressaltar que o dimensionamento de meios da Força destinados às atividades relacionadas à segurança marítima deve sempre considerar sua aplicabilidade primária na Defesa da Pátria.

As políticas interministeriais que dizem respeito aos assuntos do mar devem ser reformuladas para fomentar e orientar a mentalidade marítima e o desenvolvimento das atividades marítimas no Brasil, de forma integrada e harmônica, a fim de promover a pesquisa científico-tecnológica no campo marinho e a utilização permanente, sustentável e plena do mar e das águas interiores.

A MB deve agir de forma a liderar fóruns de debates e decisões, com caráter interministerial, sobre a Política Marítima Nacional, a fim de estabelecer uma Estratégia Marítima Nacional que também contemple os aspectos relacionados à segurança marítima. Também se deve considerar como premissa que os recursos financeiros necessários para a consecução dessa iniciativa sejam externos ao orçamento da Marinha.



Navio Oceanográfico "Antares", em apoio ao Programa Nacional de Boias (PNBOIA).

4

4.3 Contribuir para a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem

A conjuntura da segurança pública nacional impõe a atuação das Forças Armadas em áreas urbanas, em comunidades dominadas por facções criminosas e densamente povoadas. Esse complexo ambiente operacional exige uma cuidadosa capacitação do pessoal e a elaboração de regras de engajamento específicas.



Fuzileiros Navais em Operação de Garantia da Lei e da Ordem.

4.4 Cooperar com o desenvolvimento nacional

A área de tecnologia de defesa é altamente sigilosa e nenhum país transferirá voluntariamente conhecimentos tecnológicos sensíveis.

A MB tem importante papel na promoção do desenvolvimento tecnológico indispensável à indústria brasileira. O investimento e o incentivo para o desenvolvimento de tecnologias de emprego dual, que possam ser incorporadas à indústria brasileira, contribuirão significativamente para o desenvolvimento nacional.

O domínio da tecnologia do ciclo do combustível e da construção de reatores nucleares, atendendo aos critérios de qualidade para a garantia da segurança nuclear dessas instalações, são grandes contribuições da Marinha ao País, pois o esforço tecnológico realizado tem enorme potencial de expansão para o setor industrial nacional.

Além disso, a atuação da Marinha nas atividades logísticas e de gerenciamento do Programa Antártico Brasileiro, em apoio a pesquisas científicas relevantes para o País, é imprescindível para consolidar a posição nacional na tomada de decisões sobre o futuro da Antártica.

Os programas estratégicos da Marinha devem privilegiar o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID), incluindo sua sustentabilidade no tempo, por meio da desejada regularidade de demanda de serviços.

Quanto ao aspecto social, o Poder Naval deve ser empregado para levar a presença do Estado brasileiro às localidades mais remotas, contribuindo para mitigar as dificuldades da população carente, por meio de ações de assistência médica e social.



Lançamento do Submarino RIACHUELO – S-BR.

4.5 Apoiar a política externa

O Brasil, por sua tradição de defesa do diálogo e da convivência harmoniosa entre os povos, contribui para a paz mundial. Em consequência, a Marinha do Brasil deve estar preparada para atender a possíveis demandas de participação em operações de paz e humanitárias, sob a égide da ONU ou outros organismos multilaterais, em consonância com os princípios e as prioridades da política externa e de Defesa do Brasil.

O País se insere no contexto internacional como um ator global, com responsabilidades primordialmente sobre seu entorno estratégico de interesse.

Em decorrência desse potencial político-estratégico, a MB poderá ser demandada a colaborar com a proteção marítima do Atlântico Sul. A interação das forças navais com interesses comuns nessa área é um importante fator para mantê-lo como uma zona de paz, livre de perturbações político-estratégicas e de ameaças irregulares.

Assim, a busca por um ambiente de cooperação com as marinhas amigas e órgãos de segurança dos países vizinhos e lindeiros ao Atlântico Sul é a postura estratégica a ser adotada.



Militares integrantes da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

4.6 Aprimorar a gestão de pessoas

A Força deve ser constituída por pessoal possuidor de sólida formação moral, crença nos valores da Instituição, elevada capacidade profissional e consciente de sua credibilidade junto à sociedade.

A valorização do pessoal, o apoio de saúde e a assistência social são fatores que contribuem para manter a motivação do ser humano em níveis elevados.

A gestão de pessoas é o conjunto de políticas, práticas e técnicas definidas com o objetivo de orientar e administrar os comportamentos internos e potencializar a contribuição dos recursos humanos que compõem a instituição ou organização.

Na MB, a gestão de pessoas abrange uma gama de atividades, como: análise e descrição de cargos; determinação de necessidades; elaboração de planos de carreira; recrutamento; seleção; capacitação; desenvolvimento de competências; gestão das carreiras; avaliação de desempenho; valorização; reconhecimento; meritocracia etc. Assim, a gestão de pessoas tem o propósito de prover a Marinha de pessoal militar e civil dotado da competência necessária para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro.

Adicionalmente, deve-se buscar o aprimoramento da gestão do Sistema de Saúde da Marinha, fomentar a higidez do pessoal e ampliar ações que promovam a proteção social e a qualidade de vida do pessoal militar e civil.



A Marinha é do tamanho do Brasil.

4

4.7 Modernizar a Força Naval

Uma Marinha moderna é aquela que dispõe de meios e sistemas tecnologicamente atualizados, para a condução das tarefas do Poder Naval, nos ambientes da guerra naval e no ciberespaço.

A Força deve possuir confiabilidade e credibilidade que lhe assegurem a adequada capacidade de dissuasão, dotadas de sistemas e meios tripulados por pessoal com alto grau de capacitação, possuidor das competências necessárias para fazer frente aos eventuais conflitos do século XXI.

Os programas estratégicos da MB deverão adotar a perspectiva de obtenção/manutenção de meios sob a ótica da Gestão do Ciclo de Vida, levando em consideração os custos totais, desde a concepção do projeto até o desfazimento do meio, inclusive para as compras de oportunidade.

A independência tecnológica nacional deve ser vista como um desafio prioritário a ser superado gradualmente, visando à redução da dependência do exterior no que tange aos meios e sistemas militares.



Representação da Corveta Classe "Tamandaré".

4.8 Obter a capacidade operacional plena

A obtenção da capacidade operacional plena se refere ao alto nível de preparo e prontidão, no tocante a pessoal, material, doutrina, organização e adestramento.

Os sistemas de apoio da Marinha devem estar voltados para prover o aprestamento da Força, que deverá contar com meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais em condição de pronto emprego, contribuindo para a capacidade de pronta resposta do País.

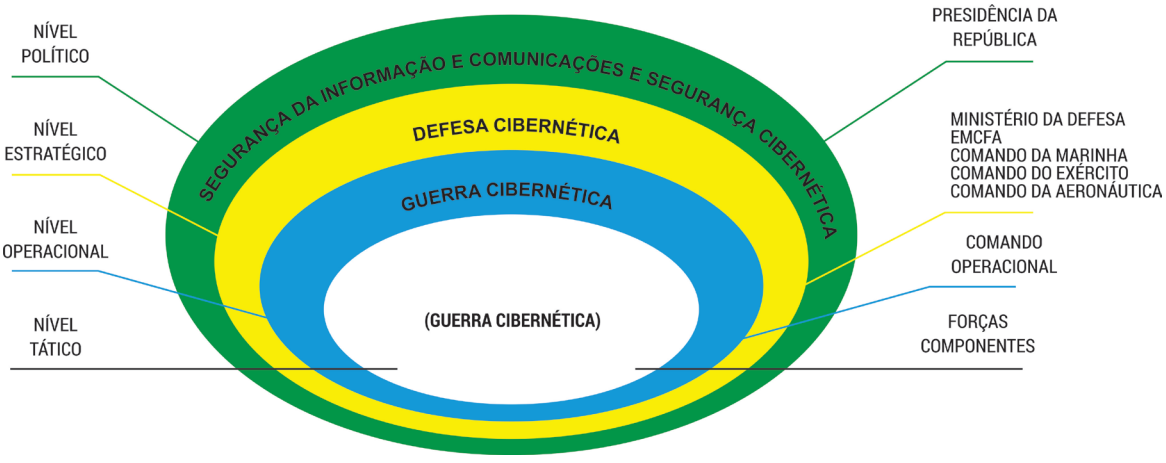


Corveta Classe "Barroso".

4

4.9 Desenvolver a capacidade cibernética

É fundamental que o Poder Naval esteja preparado para os conflitos no ciberespaço, sendo necessária a integração das forças navais com os setores de guerra cibernética da MB e das demais Forças, em operações conjuntas. Além disso, as ações de defesa cibernética deverão atuar em três vertentes: a proteção dos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) críticos da MB e, particularmente, das forças navais em operação; a exploração cibernética para a obtenção de dados dos sistemas digitais e conhecimentos de inteligência das forças adversas; e o ataque cibernético, visando degradar, corromper ou neutralizar os sistemas e ativos de TIC dos agentes adversos, em apoio às ações de guerra naval.



4.10 Aprimorar as inteligências estratégicas e operacional

As inteligências estratégica e operacional, em conjunto com as ações de inteligência cibernética, são fundamentais em qualquer forma de emprego do Poder Naval, seja na Defesa da Pátria ou na segurança marítima, contra ameaças externas ou na repressão de atividades ilícitas.

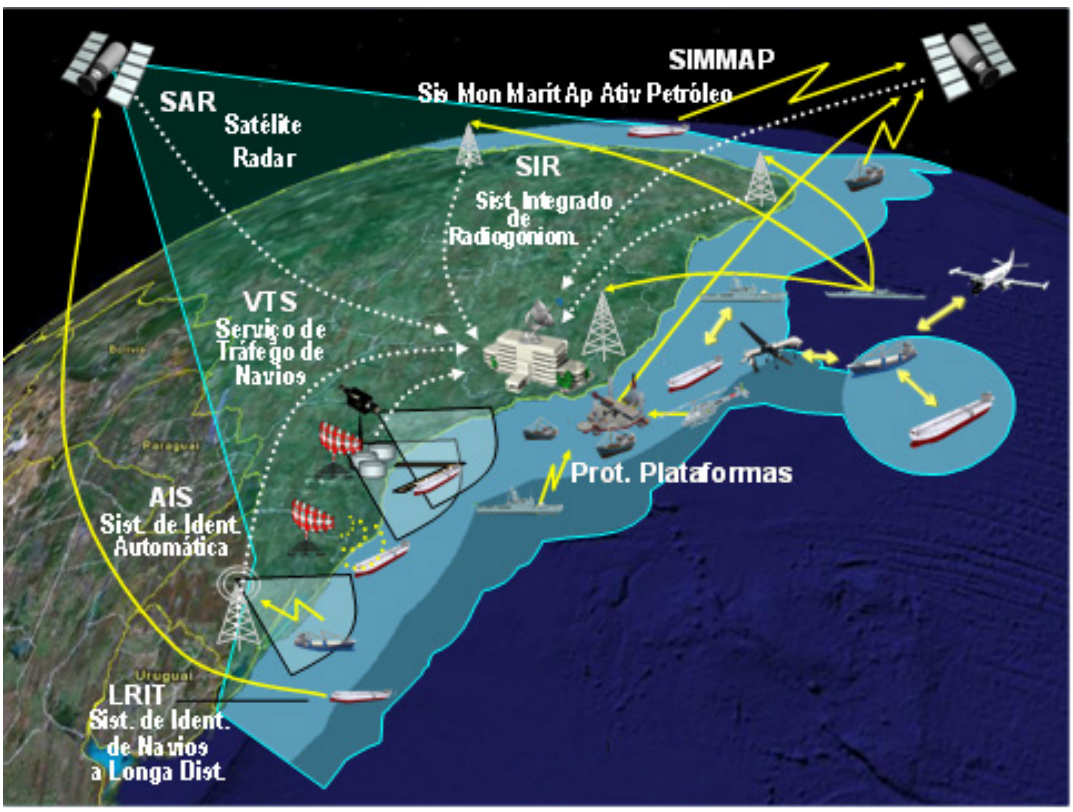
Os conhecimentos operacionais gerados pelos sistemas de inteligência serão essenciais para o sucesso das operações de garantia dos poderes constitucionais, de garantia da lei e da ordem, de paz e de evacuação de não combatentes, dentre outras.

4

4.11 Ampliar a consciência situacional marítima das áreas de interesse

A implantação de um sistema de monitoramento contínuo e o controle das AJB, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), priorizando duas áreas marítimas que merecem atenção especial de monitoramento e fiscalização: a faixa que vai de Santos (SP) a Vitória (ES) e a área adjacente à foz do rio Amazonas, integrando dados obtidos de diversas fontes de sensoriamento remoto, inclusive por satélites, proporcionará à Força o grau de consciência situacional marítima necessário para planejar/executar operações navais, visando à defesa dos interesses nacionais.

O Poder Naval também deve ser capaz de prover o monitoramento contínuo das principais vias fluviais navegáveis do território nacional, a fim de acompanhar o tráfego aquaviário e aumentar o grau de conhecimento situacional nos rios.

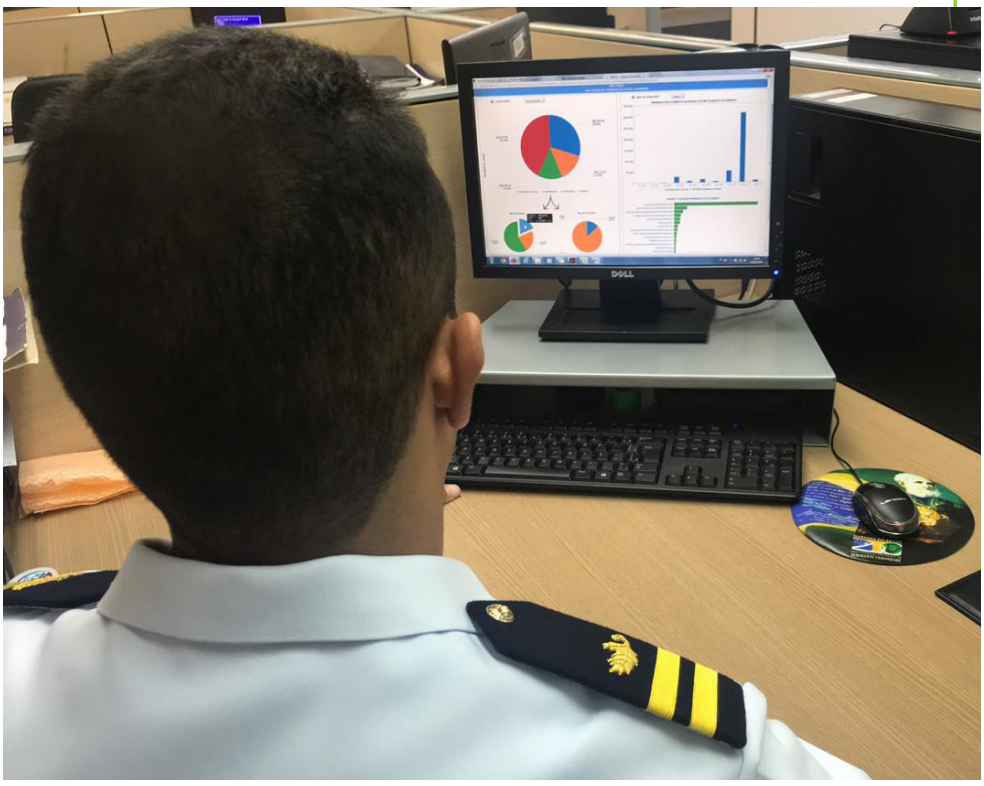


Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).

4.12 Aperfeiçoar a gestão orçamentária, financeira e administrativa

A gestão de recursos orçamentários e financeiros abrange tanto a eficiência da execução financeira, quanto a obtenção de recursos, considerando a interação com outros setores governamentais e organizações privadas no sentido de promover fontes alternativas.

Deve-se buscar a excelência da gestão administrativa, visando viabilizar a execução dos demais Objetivos Navais.



Militar operando o Sistema de Acompanhamento do Plano Diretor.

4

PONTOS CHAVES

- O Poder Naval deve possuir capacidade e credibilidade suficientes para dissuadir eventuais forças adversas de conduzirem ações hostis nas Águas Jurisdicionais Brasileiras. A ação de presença de unidades navais no Atlântico Sul e nos rios das bacias Amazônica e Paraguai-Paraná será fator essencial para o fortalecimento dessa dissuasão.

- O desenvolvimento da economia e a intensificação do transporte de cargas e pessoas nas principais linhas de comunicação marítimas e hidrovias, requerem um esforço integrador para a coordenação dos diversos atores envolvidos, cada vez maior da MB, liderando nos fóruns de debates, para exercer as atribuições da Autoridade Marítima brasileira.

- A MB deve estar preparada para atender às possíveis demandas de participação em operações de paz e humanitárias, sob a égide da ONU ou outros organismos multilaterais.

- Os programas estratégicos da MB devem privilegiar o desenvolvimento da BID e adotar a perspectiva de obtenção/manutenção de meios sob a ótica da Gestão do Ciclo de Vida, levando em consideração os custos totais, desde a concepção do projeto até o desfazimento do meio.

- A Força Naval aprestada deve contar com meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais em condição de pronto emprego.

- As inteligências estratégica e operacional, em conjunto com as ações de inteligência cibernética, são fundamentais em qualquer forma de emprego do Poder Naval.

- O SisGAAz permitirá o monitoramento contínuo e o controle das AJB, priorizando a faixa que vai de Santos (SP) a Vitória (ES) e a área adjacente à foz do rio Amazonas.

- A Força deve estar formada por pessoal possuidor de sólida formação moral, crença nos seus valores, elevada capacidade profissional e consciente da credibilidade da Instituição junto à sociedade.

- A gestão de recursos orçamentários e financeiros abrange tanto a eficiência da execução financeira, quanto a obtenção de recursos. A excelência da gestão administrativa é meta permanente.


A140
G40
A140



Mapa Estratégico da Marinha

Capítulo 5



5

5. Mapa Estratégico da Marinha

O Mapa Estratégico da Marinha representa um recurso simples e eficaz e desempenha o papel de instrumento visual da orientação de alto nível, para que a Marinha, no cumprimento de sua missão, busque atingir sua visão de futuro no horizonte de vinte anos (2020-2039).

É composto pelos Objetivos Navais, que são distribuídos em perspectivas interligadas, em que as inferiores contribuem, de modo geral, com o atendimento das superiores. Essa distribuição tem o propósito de transmitir, de modo objetivo, a forma com que a Marinha processa os recursos a ela destinados.



Fragata Constituição.

Missão

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa.

Visão de Futuro

A Marinha do Brasil será uma Força moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica, de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e em águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade.

Resultados para a sociedade	Contribuir para a Defesa da Pátria
	Prover a Segurança Marítima
	Contribuir para a Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem
	Cooperar com o Desenvolvimento Nacional
	Apoiar a Política Externa
Processos	Modernizar a Força Naval
	Obter a Capacidade Operacional Plena
	Desenvolver a Capacidade Cibernética da MB
	Aprimorar as Inteligências Estratégica e Operacional
	Ampliar a Consciência Situacional Marítima nas Áreas de Interesse da MB
Institucional	Aprimorar a Gestão de Pessoas
	Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária, Financeira e Administrativa

5

A missão da Força, que reflete os propósitos da existência da MB, conforme disposto na Constituição Federal e leis complementares, é "Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à política externa".

Visão de futuro é a expressão que traduz a situação futura desejada para a Marinha. É estabelecida sobre os fins da Instituição e corresponde à direção suprema que a organização busca alcançar. É decorrente da imagem que a organização tem de si mesma e de seu futuro.

A visão de futuro da Marinha é "A Marinha do Brasil será uma Força **moderna**, **aprestada** e **motivada**, com alto grau de **independência tecnológica**, de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e a salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e em águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade".

Moderna por dispor de meios e sistemas tecnologicamente atualizados, para a condução das tarefas do Poder Naval, nos ambientes da guerra naval (submarino, superfície, aéreo e anfíbio) e no espaço cibernético.

Aprestada se refere ao alto nível de preparo e prontidão, no tocante ao pessoal, material, doutrina, organização e adestramento, contando com meios em condição de pronto emprego, contribuindo com a capacidade de pronta resposta do País.

Motivada por ser constituída de pessoal possuidor de sólida formação moral, crença nos valores da Instituição, elevada capacidade profissional e consciente de sua credibilidade junto à sociedade.

Independência tecnológica deve ser vista como um desafio que deve ser superado gradualmente, visando à redução da dependência do exterior no tocante aos meios e sistemas militares.

5

Em vista da posição geoestratégica preponderante, da extensão do litoral e do potencial econômico do Brasil, é indispensável que sua Força Naval guarde compatibilidade com essa dimensão político-estratégica no contexto internacional, respaldando a política externa e defendendo os interesses nacionais.



Aspirante em navio na Aspirantex.


MARINHA DO BRASIL


MARINHA DO BRASIL